



**RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO
POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV**
SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento ao artigo 6º, § 3º do Regulamento anexo da RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, e ao item 4.4 da política de Investimentos para 2015, aprovada pelo Conselho deliberativo em 15 de dezembro de 2014, este Conselho Fiscal reunido em 18 de março de 2016, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise do resultado da Política de Investimentos e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1. Referência: Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores

Os investimentos realizados consideraram as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das entidades fechadas de previdência privada de acordo com a legislação em vigor (Resolução CMN - nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações subsequentes) e as restrições específicas avaliadas através de uma série de reuniões entre o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva da JSUPREV.

Verificou-se que a Entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos.

Nos quadros a seguir apresentamos os Demonstrativos de Investimentos dos Planos de benefícios Previdenciais administrados pela entidade e do seu Plano de gestão Administrativa, posicionados em 31 de dezembro de 2015.

Os recursos garantidores do Plano Previdencial, calculados de acordo com o art. 3º, em 31 de dezembro de 2015, eram os seguintes:

Os recursos garantidores do Plano de Gestão Administrativa (PGA), calculados de acordo com o art. 3º, em 31 de dezembro de 2015, eram os seguintes:



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Entidade: 4515-JUSPREV

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: 16/03/2016 14:16:20

Mês de Referência: 12/2015

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	441.927,88
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	441.927,88
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	404.852,75
Depósitos:	404.852,75
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	37.075,13
09.188.149/0001-10	13.921,07
16.557.853/0001-69	13.491,32
23.216.805/0001-72	9.662,73



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Entidade: 4515-JUSPREV

Plano de Benefícios: 2007003538-PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS

Data de Geração: 16/03/2016 14:17:40

Mês de Referência: 12/2015

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	112.609.482,68
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	112.609.482,68
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	60.184,71
Depósitos:	60.184,71
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	112.549.297,97
09.188.149/0001-10	42.260.359,64
23.216.805/0001-72	29.333.224,35
16.557.853/0001-69	40.955.713,98
Participações em SPE:	0,00

Observação:

09.188149/0001-10 = Bradesco Jusprev FIC de FIM

23.216.805/0001-72 = Sul América Jusprev FIC de FIM

16.557.853/0001-69 = DLM Jusprev FIC de FIM

Handwritten signatures and a small number '2' are present at the bottom right of the page.



1.1.2 - Rentabilidade

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte, que a rentabilidade dos recursos do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS, auferida no segundo semestre de 2015 foi de 7,01%, comparados com a meta de 8,02% (INPC+5%) está em desacordo com os objetivos do plano e com as metas estabelecidas na Política de Investimentos em consonância com a Resolução CMN 3.792/09.

1.4 - Custos de Gestão

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte do Segundo Semestre de 2015, que os custos com gestão de recursos ficaram dentro de parâmetros médios praticados pelo mercado financeiro. O valor da taxa de administração cobrada pelos gestores dos investimentos é deduzido da rentabilidade líquida da cota do Fundo de Investimento.

1.5 - Protocolo da Política de Investimentos no SICADI

Verificamos que a Política de Investimentos para 2015 aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15 de dezembro de 2014 foi protocolada no SICADI - Sistema Integrado de Captação de Dados da Previdência Complementar em 14 de janeiro de 2014 sob o nº 045150009899-90.

1.6 - Demonstrativo de Investimentos

Verificamos que a administração da JUSPREV encaminhou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar, o Demonstrativo de Investimentos - DI, através do Sistema SICADI disponibilizado na internet.

1.7 - Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução política de Investimentos e em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, a rentabilidade alcançada pelo JUSPREV ficou aquém do esperado para o plano, o controle de risco aponta o descolamento da rentabilidade em relação às metas. Manifestamos ainda que a entidade está aplicando os recursos dos planos com aderência a RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, em conformidade com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

2 - ADERÊNCIA ÀS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao Segundo Semestre de 2015, para verificação das premissas e hipóteses atuariais do plano de benefícios e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

2.1 - Premissas e Hipóteses

- Hipóteses indicadas para a Avaliação Atuarial - 2014 a vigorar em 2015:
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000 - F;
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 - F; e
 - Taxa de Juros: 5,00%, observados estudos prospectivos adicionais.

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris -**PLANJUS** de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade dos mesmos. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2014.

2.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

MÊS	COBERTURA DO PLANO
JUL	97.924.963
AGO	99.743.830
SET	102.084.169
OUT	105.415.422
NOV	107.906.444
DEZ	112.557.828

Graficamente representamos a evolução conforme o quadro abaixo:



2.3 - DRAA e Notas Técnicas Atuariais

Verificamos com base no DRAA e nas Notas Técnicas Atuariais, elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do Plano.

f

4

2.4 - Cobertura Patrimonial e Resultado do Plano.

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 31 de dezembro de 2015, que o patrimônio apurado, conforme abaixo, é suficiente para cobertura das obrigações e compromissos do PLANJUS.

DESCRIÇÃO	PLANJUS
ATIVO TOTAL	113.150.246,10
(-) Exigível Operacional	-146.960,08
(-) Fundos Administrativos	-445.458,52
(=)PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	112.557.827,50
(-) Provisões Matemáticas	112.557.827,50
(=) Resultado do Plano	0

2.5 - Resultado Previdencial

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 31 de dezembro de 2015, que o fluxo de recursos apurado, conforme abaixo, é suficiente para a constituição das obrigações do PLANJUS.

Resultado Previdencial do Plano em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	PLANJUS
(+) RECEITAS	30.539.438,16
Adições (Contribuições)	18.584.185,16
Fluxo Positivo dos Investimentos	11.955.253,00
(-) DESPESAS	-30.539.438,16
Deduções (Recursos Utilizados)	-2.194.084,78
Cobertura/reversão de despesas administrativas	-266.477,39
Constituições de Provisões Atuariais	-28.078.875,99
(=) RESULTADO (RECEITAS - DESPESAS)	0,00

2.6. HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das **hipóteses biométricas** adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - PLANJUS de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo.

2.7. HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das **hipóteses demográficas** adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - PLANJUS, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo.

2.8. HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das **hipóteses econômicas e financeiras** adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - PLANJUS, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo.

2.9. Manifestação

Com base nos DRAAs, no Relatório de Aderência das Hipóteses e nas Notas Técnicas Atuariais, elaborados pelo atuário responsável, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do plano.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao § 1º do artigo 16 e ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a execução do Planejamento Orçamentário referente ao Segundo Semestre de 2015, e apresentamos as seguintes considerações sobre os pontos verificados:

3.1. CONTROLE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Elaboramos o mapa para acompanhamento da evolução patrimonial da JUSPREV, demonstrado no quadro abaixo:

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15
Patrimônio Anterior	95.598.976	98.066.141	99.869.753	102.193.859	105.524.733	108.337.467
RECEITAS	2.851.930	2.044.519	2.572.540	3.916.249	3.085.207	5.008.216
Contribuições para Aposentadoria	1.079.855	1.071.706	1.072.432	1.083.052	1.095.735	1.123.498
Contribuição Educacional	36.473	35.319	35.509	38.653	35.862	36.009
Eventuais/Aporte	122.312	18.822	167.155	55.960	133.461	2.138.063
Portabilidades Recebidas	110.427	0	148.203	1.451.537	178.588	161.566
Custeio Administrativo e juros s/contrib. em atraso	19.871	18.138	20.161	19.170	20.009	51.200
Contribuição Associativa	29.605	29.732	27.310	20.379	16.754	13.539
Pro-labore s/fatura Mongeral	56.086	54.797	73.276	74.575	445.929	75.404
Pro-labore s/fatura Mapfre Seguros	276	0	226	327	322	322
Patrocínios/reembolsos	0	0	250	3.000	0	0
Rendas/variações positivas de investimentos	1.397.026	816.005	1.028.018	1.169.597	1.158.547	1.408.617
DESPESAS	-384.765	-240.907	-248.434	-585.375	-272.472	-342.397
Pagamentos de Aposentadorias	-619	-1.690	-1.666	-29.088	-3.859	-5.285
Pagamentos de Pensões	-6.185	-6.190	-7.601	-7.569	-7.545	-14.061
Renda Educacional	-1.268	-1.268	-1.268	-1.268	-1.268	-1.268
Resgates de Contribuições	-247.178	-51.250	-71.028	-270.237	-68.001	-160.310
Portabilidades Enviadas	0	-33.647	0	-129.861	0	0
Dedução do Fundo Acumulado	-921	-921	-576	-258	-128	0
Despesas de Pessoal e Encargos	-77.314	-91.512	-98.751	-85.682	-112.029	-82.095
Despesas com Treinamentos	-1.115	-5.830	-690	-1.000	0	0
Viagens e Estádias	-2.792	-1.266	-12.072	-13.018	-16.626	-14.962
Serviços Prestados por Terceiros	-12.390	-12.220	-15.417	-14.918	-17.503	-27.426
Despesas Gerais	-18.848	-21.214	-25.427	-19.223	-18.467	-21.800
Tributos	-6.623	-8.058	-8.153	-7.697	-24.747	-9.055
Depreciação do Ativo Permanente	-2.089	-2.130	-2.072	-2.072	-2.072	-2.072
Consultoria de Investimentos	-7.424	-3.712	-3.712	-3.484	-228	-4.064
Patrimônio Final	98.066.141	99.869.753	102.193.859	105.524.733	108.337.467	113.003.286

3.2. ACOMPANHAMENTO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	VARIAÇÃO	%
(+) Contr. Previdencial Participantes	14.568.600	18.317.708	3.749.108	26%
(-) Deduções	2.385.480	2.194.085	-191.395	-8%
Benefícios	298.920	153.041	-145.879	-49%
Resgates/portabilidades	2.086.560	2.035.510	-51.050	-2%
(+) Receita Administrativa	1.344.000	1.691.581	347.581	26%
Participantes	432.000	266.477	-165.523	-38%
Outras (pro-labore)	912.000	1.117.622	205.622	23%
Contribuição associativa	-	307.483	307.483	100%
(-) Saída Administrativa	1.570.882	1.713.510	142.628	9%
Previdencial	1.534.882	1.672.478	137.597	9%
Pessoal e Encargos	972.948	1.006.737	33.790	3%
Treinamento/Congr/Seminários	30.000	15.145	-14.855	-50%
Viagens	42.000	100.983	58.983	140%
Serviços de Terceiros	152.400	187.136	34.736	23%
Consultoria Atuarial	24.000	22.104	-1.896	-8%

f

6
d



Consultoria Contábil	26.400	25.304	-1.096	-4%
Informática	60.000	83.447	23.447	39%
Auditoria	18.000	13.443	-4.557	-25%
Tarifas	24.000	42.836	18.836	78%
Despesas Gerais	226.200	230.445	4.245	2%
Aluguel	36.000	38.374	2.374	7%
Associações de Classe	7.800	8.102	302	4%
Correios	6.000	10.789	4.789	80%
Energia Elétrica	6.000	7.069	1.069	18%
Internet	6.000	16.389	10.389	173%
Pagamentos de terceiros	60.000	51.204	-8.796	-15%
Despesas de manutenção	72.000	73.734	1.734	2%
Telefonia	22.800	21.794	-1.006	-4%
Marcas e Patentes	9.600	2.990	-6.610	-69%
Depreciação e Amortização	25.200	29.221	4.021	16%
Tributos	86.134	102.811	16.677	19%
Investimentos	36.000	41.032	5.032	14%
Consultoria de Investimentos	36.000	41.032	5.032	14%
(+) Rendimentos de investimentos	9.041.509	12.289.187	3.247.678	36%
Custeio Administrativo	322.767	313.311	-9.456	-3%
Resultado Previdencial	8.709.905	11.955.253	3.245.348	37%
Resultado PGA	8.836	20.623	11.786	133%

As receitas de contribuições projetadas foram realizadas ACIMA das suas projeções no valor de R\$ 3.749 mil, representando uma variação de -26%.

As receitas e subvenções administrativas estimadas foram realizadas abaixo das suas estimativas no valor de R\$ 166 mil, gerando uma variação de -38%, mais em função do custeio dos Participantes e dos instituidores.

Resultado dos Investimentos obtido foi de R\$ 3.248 mil a maior que o orçado, representando uma variação de 36%.

As despesas previdenciárias para pagamento de benefícios realizadas ficaram R\$ 146 mil a menor, ou -49%, e contemplam benefícios de Renda Educacional e Pensões.

Os institutos de resgate e portabilidade foram realizados a menor em R\$ 51 mil que os valores orçados, equivalentes a -2%.

As Despesas administrativas estimadas foram realizadas acima da previsão orçamentária no valor de R\$ 143 mil, equivalente a 9%.

A abertura das despesas administrativas indica que houve um gasto a maior com consultorias em informática (39%) viagens (140%) e serviços de terceiros (23%).

Verificamos no período em análise que a execução orçamentária apresentou desvios entre realizado e orçado que ultrapassa a variação de 10%.

3.3. Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que o orçamento de **despesas** foi executado **dentro** dos parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário, necessitando de ajustes nas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que fiquem acima da média de desvio aceitável. No que tange às receitas, os valores realizados ficaram bem acima das estimativas para o exercício.

F 7
d

3. CONTROLES INTERNOS

Em entendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao 2º semestre de 2015, para verificação da aderência e eficiência dos controles internos e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. Segregação de atividade de funções.

Verificamos com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/2004.

4.2. Calendário de Obrigações.

Verificamos com base nos controles internos que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto PREVIC, Receita Federal, Participantes, Instituidores e Conselheiros, mantendo registro em "Relatório Circunstanciado Mensal".

4.3. Implementação da Política de Controles Internos.

Verificamos que a entidade está implementando as adequações dos controles internos, consoante ao § 2º, do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº13, de 01/10/2004.

4.4. Auditor Independente

Verificamos que o Auditor externo, UHY Auditores, em seu parecer de 15 de março de 2016, assinado pelo Sr. Diego Rotermund Moreira, Contador CRC-RS 68603 S PR, fez menção à avaliação dos controles internos.

4.5. Controles Internos.

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- a) Controle de Cadastro.
- b) Controle das Contribuições.
- c) Controle dos Benefícios Concedidos.
- d) Controle das Contas dos Participantes.
- e) Controle da Portabilidade.
- f) Controle da Contabilidade por Plano.
- g) Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais.
- h) Controle dos Custos Tributários.
- i) Controle da Execução Orçamentária.
- j) Controle da Execução da Política de Investimentos.
- k) Controle da Agenda de Obrigações Junto à PREVIC, Receita Federal e Divulgações.

4.6. Recomendações do Conselho Fiscal

Considerando-se o estágio atual do JUSPREV, sua estrutura e as providências já adotadas, recomendamos um efetivo controle da execução orçamentária, necessitando de ajustes em algumas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que fiquem acima da média de desvio aceitável.

4.7 Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles internos da entidade são adequados ao seu porte, ao plano de benefícios por ela administrado e ao



modelo de governança proposto pela Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, necessitado de aprimoramentos constantes no decorrer de suas atividades.

Curitiba, PR, 28 de junho de 2016.



JULIO CESAR ZEM CARDOSO
Presidente do Conselho Fiscal



FABIO COSTA GONZAGA
Conselheiro Efetivo

LUIZA HELENA NICKEL
Conselheira Efetiva